GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 1113/92 - (Reautuado em 16.03.93) - Ap.
Prot. Nº 1262/92 - DE Ribeirão Pires
INTERESSADA : Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires
ASSUNTO : Convalidação de Atos Escolares praticados
pelo - Conjunto Educacional Municipal
"Engenheiro Carlos Rohm"/ R. Pires
RELATOR : Cons. Aparecido Leme Colacino
PARECER CEE Nº 203/93 - CEPG APROVADO EM: 05/05/93
COMUNICADO AO PLENO EM: 12/05/93

1 - HISTÓRICO:

1.1. A Sr^a Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires - SP, através da DE de Ribeirão Pires, dirige-se ao Conselho Estadual de Educação, a fim de solicitar a convalidação dos atos escolares praticados pelo Conjunto Educacional Municipal "Engenheiro Carlos Rohm", referente ao ensino de 1º grau, no período de 10-02-92 a 09-10-92, que antecedeu à autorização de funcionamento.

1.2. Esclarece a interessada que o pedido de autorização de funcionamento deixou de ser recebido pelo CEE, em 07-01-92, diante da expectativa de alteração da legislação.

1.3. Com a homologação da Deliberação CEE 03/92, foi o pedido encaminhado aos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação.

1.4. A Escola, em tela, apresenta a seguinte situação, conforme informação constante dos autos:

1.4.1. o Conjunto Educacional Municipal "Engenheiro Carlos Rohm", com o Curso de Educação Infantil e o Ensino de 1º Grau, foi autorizado a funcionar pela Portaria DRE-6-Sul, publicada no D.O.E. de 10-10-92;

1.4.2. em 21-11-92, por publicação da Portaria do Delegado de Ensino de Ribeirão Pires, foram homologados os Planos de Curso de Educação Infantil e 1º Grau;

1.4.3. em 18-01-93, o processo foi baixado em diligência para a Supervisão de Ensino atestar o regular funcionamento do Conjunto Municipal "Engenheiro Carlos Rohm" no período em que funcionou sem a devida autorização;

1.4.4. em 10-03-93, a Supervisão de Ensino, atendendo à solicitação, informa ao CEE que o mesmo "apresentou regular funcionamento, mesmo sem a devida autorização".

1.5. O Processo está instruído com os seguintes documentos:

- cópia da publicação da Portaria de Autorização de Funcionamento;

- relação dos alunos matriculados no 1º grau, até 09-10-92, das fls. 08 a 12:

SÉRIES	Nº DE ALUNOS
1ª A	36
1ª B	36
1ª C	36
1ª D	39
TOTAL DE ALUNOS	147

- cópia do Regimento Escolar e Plano de Curso aprovados.

2 - APRECIÇÃO

2.1. Tratam os autos de pedido de convalidação de atos escolares praticados pelo Conjunto Educacional Municipal "Engenheiro Carlos Rohm", Ribeirão Pires - DE de Ribeirão Pires - DRE-06-Sul, por ter iniciado suas atividades antes da sua autorização. A Deliberação CEE nº 26/86, com alterações introduzidas pelas Deliberações CEE nºs 11/87 e 03/92, que fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de cursos, habilitações e de estabelecimentos de ensino municipais e particulares de 1º e 2º graus, regulares e supletivos, de educação infantil e de educação especial, no sistema de ensino do Estado de São Paulo, assim dispõe:

"Artigo 12 - Somente serão válidos os atos escolares praticados depois da autorização de funcionamento do estabelecimento, curso ou habilitação.

Parágrafo único - serão responsabilizados, civil e criminalmente, os que descumprirem o disposto neste artigo."

2.2. Visando não prejudicar os alunos, este Colegiado, em casos análogos, tem-se pronunciado, em caráter excepcional, favorável à convalidação dos atos escolares por eles praticados, como nos Pareceres CEE nºs 824/86 e 108/90.

3 - CONCLUSÃO:

Convalidam-se os atos escolares praticados pelo Conjunto Educacional Municipal "Engenheiro Carlos Rohm", em Ribeirão Pires, DE de Ribeirão Pires-DRE-06-Sul, no período de 10.02 a 09.10.92, quando funcionou sem a devida autorização.

Alerte-se a Instituição pela irregularidade praticada.

São Paulo, 28 de abril de 1993

**a) Cons. Aparecido Leme Colacino
Relator**

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Afonso Celso Fraga Sampaio do Amaral, Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barretto, João Cardoso Palma Filho e João Gualberto de Carvalho Meneses.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 05 de maio de 1993.

a) Cons. João Cardoso Palma Filho
Presidente da CEPG